



Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 06.271.464/0001-19

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2018			2017					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2)	559.667	5.996	31.175	459.072	1.055.910	1.025.554	30.356	880.337	(1.297)
Letras financeiras do tesouro.....	-	5.996	-	4.655	10.651	10.652	(1)	3.200	(2)
Ações (1).....	468.566	-	-	-	468.566	-	-	478.582	-
Debêntures (1).....	2.689	-	-	2.689	2.689	-	-	16.959	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	-	31.175	454.417	485.592	461.307	24.285	315.804	3.807
Letras do tesouro nacional (1).....	11.364	-	-	-	11.364	-	-	13.002	-
Outros (1).....	77.048	-	-	-	77.048	-	6.072	54.790	(5.102)
Títulos disponíveis para venda (3)	3	-	-	5.818.215	5.818.218	6.654.158	(835.940)	5.921.778	(732.380)
Ações (4).....	3	-	-	5.818.215	5.818.218	6.654.158	(835.940)	5.921.778	(732.380)
Total em 2018	559.670	5.996	31.175	6.277.287	6.874.128	7.679.712	(805.584)	6.802.115	(733.677)
Total em 2017	561.336	300.562	-	5.940.217	-	-	-	6.802.115	(733.677)

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimento, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do semestre o Bradesco BBI possuiu R\$ 559.667 mil (2017 - R\$ 561.333 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante, exceto os instrumentos financeiros derivativos;

(3) Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a administração realizou testes de *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda, em que não apresentaram evidências de perdas a serem registradas; e

(4) As ações classificadas como disponível para venda no realizável a longo prazo de R\$ 5.818.215 (2017 - R\$ 5.821.775), referem-se à ações preferenciais resgatáveis e não resgatáveis sem cotação em bolsa e o valor justo dessas ações é calculado por meio de modelo interno.

c) Instrumentos financeiros derivativos

O BBI participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive swaps de taxas de juros, swaps de moeda e opções. A política de gestão dos riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos swaps de taxa de juros e swaps com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, usando curvas de rendimento e o valor justo do ativo correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de swaps registrados na B3 e derivativos embutidos de opções. As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais da Instituição.

I) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação

	2018		2017	
	Valor de referência	Valor líquido	Valor de referência	Valor líquido
Contratos de opções				
Compromissos de compra:				
- Mercado interfinanceiro.....	454.417	454.417	300.562	300.562
Contratos de swap				
Posição ativa:				
- Moeda estrangeira.....	38.978	-	38.978	-
Posição passiva:				
- Mercado interfinanceiro.....	38.978	-	38.978	-

II) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrada pelo seu valor de custo atualizado e valor de mercado

	2018		2017	
	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste a valor de mercado
Ajuste a receber - swap.....	29.919	1.256	31.175	11.435
Prêmios e opções a exercer.....	454.417	-	454.417	300.562
Total do ativo em 2018	484.336	1.256	485.592	312.997
Total do ativo em 2017	484.336	1.256	485.592	312.997
Ajuste a pagar - swap.....	(29.645)	(1.244)	(30.889)	(11.222)
Prêmios de opções lançadas.....	(798.250)	-	(798.250)	(339.124)
Total do passivo em 2018	(827.895)	(1.244)	(829.139)	(350.346)
Total do passivo em 2017	(827.895)	(1.244)	(829.139)	(350.346)

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas".

Empresas	Capital social	Participação em ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Lucro líquido	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
		Ações	Cotas			2018	2017	2018	2017
BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	36.000	72.565	-	35.999	99.999994	7.331	59.632	7.331	6.066
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.....	1.020.000	1.790.727	972.586	-	100.000000	50.096	1.715.207	50.096	75.142
BRAM Bradesco Asset Management S.A. DTM.....	250.000	515.880	9.322	-	100.000000	65.672	515.880	415.063	44.023
Japira Holdings S.A. (1).....	896.314	1.837.889	2.962	-	0,271405	36.203	4.988	98	172
Agora CTVM S.A.	284.000	473.636	14.272	-	100.000000	8.118	473.636	8.118	21.816
23 Capital S.A. (2).....	224.167	203.907	59.992.929	-	99,995189	888	229.834	888	897
Tibre Holding Ltda. (3).....	350.000	613.607	-	350.000	100.000000	13.604	613.607	-	13.604
Embaúba Holdings Ltda. (1) (3).....	326.000	599.075	-	271.777	83,367176	12.118	499.432	-	10.103
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi (3).....	1.028.459	1.804.093	31.268	-	7,266302	30.221	131.091	-	2.196
Marselha Holdings Ltda. (1) (3).....	344.800	655.594	-	50	0,014534	13.988	95	-	4
Total						4.311.855	2.660.243	158.109	147.219

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;

(2) Houve aumento de capital em R\$ 200.000 mil, conforme AGE de 12 de dezembro de 2017;

(3) Em 30 de novembro de 2017 os investimentos do Banco Boavista Interatântico S.A., foram incorporados pelo Banco Bradesco BBI S.A. e

(4) Investimento adquirido em 11 de julho de 2017, conforme Instrumento Particular de Transferência de Ativos e Quitação de Obrigações de 6 de julho de 2017.

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Títulos patrimoniais.....	443	401
Investimentos por incentivos fiscais.....	14.830	272
Ações e cotas.....	5.411	23
Obras de arte.....	1.089	11
Outros investimentos.....	443	707
Subtotal	22.216	1.014
Provisão para perdas.....	(16.758)	(306)
Total	5.458	401

9) IMOBILIZADO DE USO

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Taxa	Custo
Imóveis de uso:		
- Edificações.....	4%	961
- Terrenos.....	-	30
- Instalações, móveis e equipamentos.....	10%	5.588
- Sistema de processamento de dados, comunicação e segurança.....	20%	5.538
Total em 2018	12.127	(6.949)
Total em 2017	10.782	(5.942)

10) INTANGÍVEL

Corresponde a Gastos em Desenvolvimento de Software. O valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 1.002 mil (2017 - R\$ 1.120 mil) e amortização acumulada de R\$ 1.156 mil (2017 - R\$ 793 mil).
O início oriundo da incorporação do Banco Boavista S.A. ("Banco"), em 28 de novembro de 2017, refere-se a aquisição das ações do BBI detidas pelas ex-controladoras da Agora CTVM S.A., por foram adquiridas em 2014. Em 30 de junho de 2018 o saldo apresentado é de R\$ 104.598 mil, líquido das amortizações acumuladas de R\$ 58.412 mil, que representam futura, que é amortizado em 10 anos.

11) DEPÓSITOS

a) Em 30 de junho de 2018 o valor correspondente a R\$ 2.771.505 mil (2017 - R\$ 2.565.266 mil), refere-se a Depósitos Interfinanceiros emitidos em 1º de setembro de 2015, com vencimento em 1º de setembro de 2022, à taxa de juros de 108,40% do CDI.

b) Despesas de captações

Representada pelas captações de depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 93.233 mil (2017 - R\$ 148.587 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados dos processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistemas informatizados e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.116	10.142	9.183
Constituições líquidas de reversões.....	598	(176)	-
Atualização monetária.....	91	622	138
Pagamentos.....	(782)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2018 (Nota 13b)	1.023	10.588	9.321
Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 13b)	968	1.413	8.998

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Bradesco BBI são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda provável não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são: a) Autuação de IRPJ e CSLL, relativo aos anos-bases de 2007 a 2013, lançados sobre glosa de amortização de ação na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 456.568 mil (2017 - R\$ 383.076 mil); b) Autuação relativa à contribuição previdenciária sobre aportes em planos de previdência complementar e também sobre valores pagos a título de participação dos empregados nos lucros e resultados - PLR no valor de R\$ 21.380 mil (2017 - R\$ 28.302 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros.....	42.492	42.391
Impostos e contribuições a receber.....	14.026	8.159
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 23c).....	3.867	4.040
Total	60.385	54.590

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Credores diversos.....	45.412	4.217
Provisão para participação nos lucros e resultados.....	29.741	27.297
Provisão para despesa de pessoal.....	23.249	31.849
Provisão para contingências cíveis (Nota 12b).....	10.588	1.413
Provisão para pagamentos a efetuar.....	10.431	11.242
Provisão para contingências fiscais (Nota 12b).....	9.321	8.998
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 12b).....	1.023	968
Outras.....	4.819	910
Total	134.594	86.894

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 7.321.943 mil (2017 - R\$ 4.870.000 mil), totalmente subscrito e integralizado é dividido em 6.281.497.478 (2017 - 4.950.733.362) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

III) Contratos de opções e de swap - (Valor de Referência)

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Total em 2018	77.956	454.417
Total em 2017	77.956	454.417

IV) Valores das receitas e das despesas líquidas

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Contratos de opções.....	(237.166)	(97.408)
Contratos de swap.....	43	8
Total (Nota 6d).....	(242.039)	(97.400)

d) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Títulos de renda variável.....	405.421	524.086
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota		

...continuação



Banco Bradesco BBI S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 06.271.464/0001-19

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

21) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Rendas de aluguéis.....	89	87
Lucro na alienação de valores e bens.....	111	-
Total	200	87

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Controlador (1)		Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017	Coligadas e controladas	2017
Ativos				
Aplicações no mercado aberto.....	130.836	385.471	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	3.213.450	1.174.283	-	-
Dividendos a receber.....	-	-	79.012	60.897
Passivos				
Depósitos interfinanceiros.....	2.771.505	2.565.266	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.....	341.001	6.698	-	-

	Controlador (1)		Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017	Coligadas e controladas	2017
Receitas de intermediação financeira.....	97.097	71.401	-	-
Despesas de intermediação financeira.....	(93.233)	(148.587)	-	-
Despesa de juros sobre o capital próprio.....	(149.939)	-	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas, operacionais.....	(35.940)	(43.113)	(28.009)	(24.898)

(1) Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 8.484 mil (2017 - R\$ 5.400 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 8.350 mil (2017 - R\$ 5.600 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Proventos.....	2.018	1.916
Total	2.018	1.916

Benefícios pós-emprego

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	2.961	2.423
Total	2.961	2.423

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	632.303	747.422
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(284.536)	(336.340)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	71.149	66.249
Juros sobre o capital próprio pagos.....	67.500	-
Receitas não tributáveis líquidas de despesas indedutíveis (2).....	194.278	227.603
Outros valores.....	(8.267)	1.455
Imposto de renda e contribuição social do semestre	40.124	(41.033)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.
(2) Refere-se substancialmente a dividendos recebidos de ações.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(47.165)	(44.053)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias.....	87.289	3.020
Total dos impostos diferidos	87.289	3.020
Imposto de renda e contribuição social do semestre	40.124	(41.033)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2017	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2018
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	23.523	6.098	-	29.621
Provisões civis.....	4.055	178	4	4.229
Provisões fiscais.....	69.590	295	1.463	68.422
Provisão trabalhista.....	466	339	391	414
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	396	-	213	183
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.....	23.566	457	-	24.023
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	38.366	109.501	13.827	134.040
Ágio amortizado.....	19.684	-	3.566	16.118
Outros.....	59.844	21.975	32.090	29.729
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	219.490	138.843	51.554	306.779
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	313.204	21.172	-	334.376
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	532.694	160.015	51.554	641.155
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a)	6.297	528	2.958	3.867
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	526.397	159.487	48.596	637.288

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2018 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social
2018.....	21.425	13.671	35.096
2019.....	102.807	56.740	159.547
2020.....	18.964	11.175	30.139
2021.....	6.463	4.139	10.602
2022.....	1.756	1.217	2.973
Após 2022.....	42.662	25.760	68.422
Total	194.079	112.702	306.779

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somam R\$ 291.644 mil (2017 - R\$ 67.106 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do BBI foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Atualização de depósitos judiciais e outros.....	3.867	4.040
Total	3.867	4.040

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. O BBI como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.596/09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães - Contador - CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco BBI S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BBI S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BBI S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de instrumentos financeiros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3e, 3f e 6, os instrumentos financeiros totalizam R\$ 6.874.128 mil, sendo R\$ 570.318 mil classificados como "títulos para negociação", R\$ 5.818.218 mil classificados como "títulos disponíveis para venda" e R\$ 485.592 mil referentes a instrumentos financeiros derivativos. Esses instrumentos, mensurados a valor de mercado, são relevantes para as demonstrações contábeis da Instituição. Para os instrumentos financeiros cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores a mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que a Instituição efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Adicionalmente, os ativos financeiros classificados na categoria "Disponível para Venda" também são avaliados quanto a indicadores de evidência de perda do valor recuperável. Desta forma, consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes implementados pela Instituição para mitigar o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis decorrente de incertezas na mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros. Para uma amostra de instrumentos financeiros, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pela Instituição para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos o valor das operações, bem como os critérios e políticas referentes a indicadores de evidência de perda do valor recuperável. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações contábeis descritas nas notas explicativas nº 3e, 3f e 6. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descreveremos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028587/O-1-F-SP

Osasco, 27 de agosto de 2018

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

CASA DAS CALDEIRAS

Repórter especial do Valor, antecipa informações sobre macroeconomia, finanças e mercados.

Angela Bittencourt

Tudo o que acontece de mais importante no mercado financeiro, a uma tecla de distância!

valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras

Valor ECONÔMICO
Notícias que geram negócios